



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA EDUARDA BARBOSA DE BARROS

**COR SOB SUSPEITA: ABORDAGEM POLICIAL COMO FORMA DE CONTROLE
DE CORPOS NEGROS**

RECIFE

2026

MARIA EDUARDA BARBOSA DE BARROS

**COR SOB SUSPEITA: ABORDAGEM POLICIAL COMO FORMA DE CONTROLE
DE CORPOS NEGROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Rayane Maria de Lima Andrade

RECIFE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

B277c Barros, Maria Eduarda Barbosa de.
Cor sob suspeita: abordagem policial como forma de controle de corpos negros / Maria Eduarda Barbosa de Barros. – Recife, 2026.
51 f.

Orientador(a): Rayane Maria de Lima Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Interpelação (Direito). 2. Racismo . 3. Criminalização. 4. Jovens negros _ Recife (PE) 5. Ciências sociais - Estudo e ensino. I. Andrade, Rayane Maria de Lima, orient. II. Título

CDD 300

MARIA EDUARDA BARBOSA DE BARROS

COR SOB SUSPEITA: ABORDAGEM POLICIAL COMO FORMA DE CONTROLE
DE CORPOS NEGROS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Rural
de Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

Aprovado em: 15/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rayane Maria de Lima Andrade (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Bárbara Sofia Félix Duarte (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não existiria sem a minha mãe. Ela foi quem mais me incentivou a estudar, pois sempre disse que isso nos faria mudar de vida. Ela sempre esteve certa. Obrigada, mainha. Toda essa luta é por mim e pela senhora, para termos um futuro melhor. Eu te amo! À minha irmã, Mariana Barbosa, por ser minha luz, por ser tudo na minha vida, te amo muitíssimo.

Para meus sobrinhos, Agatha, Heitor e Marina: que o mundo sempre seja um bom lugar para vocês. Cada conquista minha é para que vocês nunca passem por momentos difíceis, e para que a infância de vocês seja cheia de risos e diversão.

À minha orientadora, Rayane Maria de Lima Andrade, por ter aceitado o desafio e embarcado comigo nessa aventura. Obrigada pela paciência, pela condução brilhante e por acreditar neste trabalho.

Gostaria de agradecer aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado na graduação. Principalmente ao Victor, por sempre me enviar textos e escrever: “leia este texto, tem a ver com o que você vem escrevendo” e por ser essa pessoa incrivelmente chata sem a qual eu não consigo viver. Thalyta, que sempre conversa comigo, escuta minhas histórias e sempre me incentivou. Ao meu grupo: Gabriel, Hédlla (a maior e mais fantástica mãe do nosso grupo), Raphaely e Melissa, por serem essas pessoas incríveis. Ao meu querido amigo, Jonas, por sempre dizer o quanto esse trabalho é importante e por fazer com que ele repensasse muitas coisas sobre a abordagem. Ao Filipe Nava, por me emprestar livros, me chamar para sair e por ser esse amigo incrível que conheci ao longo do curso. E a Amanda Balbino que é essa força apoteótica na minha vida, obrigada amiga!

Não sou o agora sem um antes. Agradeço a Mariana Andrade; nos conhecemos no grupo de epistemologias negras da UFPE e ela sempre me incentivou, me fazendo escrever uma carta para homenagear Lélia Gonzalez. Às minhas eternas amigas da SEMAS/PE: Patrícia Correia, minha incrível amiga jornalista; Alequissandra (como a chamo na brincadeira) e Naíra. Vocês três sempre serão importantes para mim. Minha trajetória acadêmica é feita por inúmeras pessoas que estiveram presentes e

não puderam estar aqui comigo. Sou grata por todos que cruzaram meu caminho e deixaram sua marca.

À professora Maria Auxiliadora Gonçalves, por todo acolhimento, carinho e por ter abraçado a mim e aos meus amigos em meio ao caos. À professora Maria Grazia Cardoso, por ser minha amiga e me ensinar a amar ainda mais a antropologia; foi uma honra ser sua monitora.

Agradeço aos entrevistados, que se tornaram meus amigos. Obrigada por compartilharem comigo algo tão doloroso e por terem topado essa empreitada.

In memoriam das minhas tias, Joana e Maria Meneses (Mariquinha), por não terem deixado a gente passar dificuldades, e à minha saudosa madrinha, de quem sinto muita falta, Maria Lúcia, meu mundo mudou muito sem as suas risadas. Amo vocês!

Ao Gustavo que chegou bagunçando minha vida e desprogramou todo meu sistema!

Por fim, agradeço a mim mesma. Apesar das dificuldades que tive que enfrentar para estar nessa segunda graduação, acredito ter encontrado o meu lugar, e ele sempre foi aqui, neste espaço. Sou quem sou pelos estudos e por todas as pessoas que estiveram presentes na minha vida; sem essa comunidade, eu não seria eu.

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 – Distribuição percentual de pessoas assassinadas (CVLI) em Pernambuco segundo a raça/cor.....	18
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CPP – Código de Processo Penal

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

GEVAC – Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos

MNU – Movimento Negro Unificado

RPA1 – Região Político-Administrativa 1

SDS-PE – Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

SEMAS/PE – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

Ao filho de Oz, que nem conheceu este mundo e partiu ainda no ventre de sua mãe, vítima de uma agressão policial. Dedico este trabalho também a todos os jovens negros, cujas vidas e sonhos são diariamente interrompidos pela violência.

“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

Conceição Evaristo

RESUMO

Este trabalho analisa as discussões sobre a violência e a seletividade policial contra jovens negros no Recife, investigando como essa população interpreta e significa as abordagens em seus cotidianos. O objetivo central consiste em compreender as percepções de jovens negros alvos de abordagens policiais na capital pernambucana, analisando a construção da “fundada suspeita” e de que maneira essas interações interferem na construção de suas identidades e nas suas rotinas urbanas. Historicamente, a segurança pública no Brasil possui raízes ligadas à manutenção da ordem escravocrata, herança que se reflete na construção contemporânea do “suspeito padrão” e nos altos índices de letalidade racial no estado. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa exploratória baseada em amostragem por conveniência, utilizando entrevistas qualitativas semiestruturadas e registros em caderno de campo com cinco estudantes universitários negros de diferentes bairros das Zonas Norte e Oeste do Recife. A análise dos dados deu origem a três eixos estruturantes: o estigma da cor, a territorialidade da suspeição, e as táticas de sobrevivência e policiamento. Os resultados revelam que as abordagens policiais (popularmente conhecidas como “baculejos”) geram profundos impactos psicossociais e traumas subjetivos, como sentimento de revolta e medo. Diante do perfilamento racial, os jovens desenvolvem estratégias hipervigilantes de sobrevivência urbana, alterando suas vestimentas, posturas e rotas, sugerindo que, no modelo de policiamento ostensivo, a cor da pele tende a se sobrepor à conduta.

Palavras-chave: Abordagem Policial. Racismo Institucional. Seletividade Penal. Jovens Negros. Recife.

ABSTRACT

This paper analyzes the discussions surrounding police violence and selectivity against young black men in Recife, investigating how this population interprets and assigns meaning to police stops in their daily lives. The main objective is to understand the perceptions of young black individuals who are targets of police interventions in the capital of Pernambuco, analyzing the construction of “grounded suspicion” and how these interactions interfere with the construction of their identities and urban routines. Historically, public security in Brazil has roots linked to the maintenance of the slave-owning order, a legacy reflected in the contemporary construction of the “standard suspect” and the high rates of racial lethality in the state. Methodologically, a qualitative exploratory approach based on convenience sampling was adopted, utilizing semi-structured qualitative interviews and field diaries with five black university students from different neighborhoods in the North and West Zones of Recife. The data analysis led to three structured axes: the stigma of color, the territoriality of suspicion, and survival tactics and policing. The results reveal that police stops (popularly known as “baculejos”) generate profound psychosocial impacts and subjective traumas, such as feelings of outrage and fear. Faced with racial profiling, young people develop hyper-vigilant urban survival strategies, changing their clothing, posture, and routes, showing that within the ostensive policing model, skin color precedes behavior.

Keywords: Police Stop and Search. Institutional Racism. Penal Selectivity. Black Youth. Recife

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A POLÍCIA MILITAR - BREVE HISTÓRICO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NO BRASIL: DO CONTROLE COLONIAL À HERANÇA ESCRAVOCRATA.	16
2.1. O Modelo de Policiamento Ostensivo e a Construção do “Suspeito”	20
3. A CONSTRUÇÃO DO “ELEMENTO SUSPEITO”: HISTÓRIA, POLICIAMENTO E RACISMO INSTITUCIONAL	24
3.1 Fundada Suspeita, Discricionariedade e Produção da Suspeição	24
4. O CORPO NEGRO COMO SUSPEITO: DO IMAGINÁRIO SOCIAL ÀS VIOLÊNCIAS PRATICADAS PELO ESTADO	31
4.1 Narrativas do “Baculejo”: A Seletividade e o Cotidiano das Abordagens ...	33
4.2 “Tornar-se Negro”: Sob a Mira da Abordagem	37
4.3 Gestão da Aparência e Estratégias Preventivas de Enfrentamento da Suspeição	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
Referências bibliográficas.....	49
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	51

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as discussões sobre a violência policial contra jovens negros nas periferias têm ganhado destaque nas redes sociais por conta de diversos movimentos sociais, sendo o Movimento Negro Unificado (MNU) um importante precursor histórico no combate à violência policial. Numa pesquisa rápida em jornais online, é possível ler diversas denúncias de práticas abusivas por parte da polícia. Conforme reportagem do veículo Marco Zero Conteúdo, ao longo de uma década, houve um aumento de 440%¹ nas mortes provocadas por policiais no Estado de Pernambuco, o que evidencia a urgência em debater a atuação das forças de segurança pública na realidade local.

Essa letalidade e seletividade institucional ganham contornos ainda mais drásticos na atualidade local: dados da Secretaria de Defesa Social divulgados pelo portal G1 Pernambuco em 17 de abril de 2026 revelam que, a cada 20 pessoas assassinadas no estado, 19 são negras, materializando o caráter profundamente racializado da violência em Pernambuco. Esse panorama converge com os dados nacionais do Atlas da Violência (*Cerqueira et al., 2026*), os quais apontam que a chance de uma pessoa negra ser vítima de homicídio no país é 2,7 vezes superior à de uma pessoa não negra. No imaginário policial e nas dinâmicas cotidianas das cidades, a construção da suspeição caminha lado a lado com esse processo histórico, em que o fenótipo negro e os territórios periféricos são frequentemente associados à periculosidade antes mesmo de qualquer atitude suspeita.

Diante desse cenário de acentuada seletividade racial e da necessidade de investigar esse fenômeno para além dos números abstratos, o problema central desta pesquisa define-se na seguinte questão: **como os jovens negros residentes em Recife interpretam e significam as abordagens policiais em seus cotidianos?** É importante ressaltar que o foco do trabalho não é monografia já elaborada apenas explicar a mecânica estatística ou institucional da filtragem racial, mas sim compreender como essa prática — popularmente conhecida como

¹ “Explode o número de pessoas mortas por policiais nos últimos dez anos em Pernambuco”, reportagem de Jorge Cavalcanti, 1º de abril de 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/explode-o-numero-de-pessoas-mortas-por-policiais-nos-ultimos-dez-anos-em-pernambuco/#:~:text=%E2%80%999CAs%2092%20mortes%20decorrentes%20de,habitantes%2C%20se%20destacando%20positivamente%E2%80%99D>.

“baculejo”² — é vivida, sentida e elaborada subjetivamente pelos sujeitos que são o alvo preferencial dessas abordagens.

A relevância deste estudo reside na urgência de dar visibilidade aos mecanismos cotidianos de controle que ferem direitos fundamentais da população negra na cidade do Recife. Cientificamente, a pesquisa busca preencher uma lacuna nos estudos de segurança pública ao deslocar o foco principal das estatísticas criminais puras para as consequências psicossociais e subjetivas do perfilamento racial. Pessoalmente, a pesquisa é motivada pela trajetória no grupo Epistemologias Negras (UFPE) e pelo percurso iniciado no jornalismo, que agora utiliza os ferramentais da investigação sociológica e antropológica para observar o abismo existente em nossa sociedade, principalmente quando se trata da população negra.

Este trabalho teve como objetivo compreender e analisar as percepções de jovens negros alvos de abordagens no Recife, analisando como percebem na construção da “fundada suspeita” e de que maneira essas interações interferem na construção de suas identidades e em suas rotinas urbanas.

Para compreender as dimensões subjetivas, os significados e as interpretações que jovens negros no Recife atribuem às abordagens policiais, adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa exploratória. Como aponta Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é capaz de delimitar e compreender o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, trabalhando com um nível de realidade que não pode ser quantificado ou reduzido a variáveis estatísticas. O desenho metodológico buscou capturar a experiência vivida, pautando-se no que Magnani (2002) conceitua como o “olhar de perto e de dentro”, focado na dinâmica interna dos sujeitos e de seus cotidianos urbanos.

Inicialmente o trabalho previa uma delimitação territorial específica na comunidade do Coque, localizada no bairro da Ilha de Joana Bezerra, no Recife, utilizando o método *bola de neve* (*snowball*). No entanto, o fazer pesquisa nas ciências sociais exige adaptabilidade, flexibilidade e capacidade de reajustar rotas diante de contratempos e das imposições práticas do trabalho de campo. Diante de

² Conforme o Dicionário *Michaelis On-line* (2026), o termo “baculejo” refere-se ao ato de verificar ou revistar o corpo de uma pessoa, visando realizar uma averiguação. É também um modo popular de dizer que passou por uma abordagem ou enquadro.

difficultades de acesso e permanência no território inicial, optou-se por reconfigurar a estratégia de aproximação, adotando uma amostragem por conveniência.

Os participantes foram acessados a partir do círculo de proximidade da pesquisadora, incluindo estudantes universitários negros com quem se estabeleceu contato prévio por meio de atividades de monitoria acadêmica. Em decorrência dessa mudança, a pesquisa descentralizou-se geograficamente, deixando de focar em um único bairro para englobar um levantamento de ampla circulação urbana, ou seja, estudantes universitários da UFRPE e UFPE, residentes em diferentes bairros situados nas Zonas Norte e Oeste da capital pernambucana: Várzea, Engenho do Meio, Água Fria, Linha do Tiro e Alto José do Pinho.

Vale ressaltar que, apesar da escolha dos entrevistados, viver nas Zonas Norte e Oeste implica diversas questões cheias de pluralidade. O que isso quer dizer? Viver nessas áreas, apesar de Recife ter um metro quadrado altamente valorizado, não significa que não existam periferias e comunidades nesses locais. A Zona Norte, por exemplo, embora possua diversos bairros abastados, também é palco de comunidades que resistem e carregam inúmeras histórias.

Longe de ser um problema, a mudança para a amostra por conveniência enriqueceu a pesquisa ao trazer perfis acadêmicos. A nova composição de entrevistados traz não somente jovens universitários periféricos, mas também de classe média. Apesar de pouquíssimas entrevistas e das realidades socioeconômicas diversas, o trabalho não ficou enfraquecido, mas ganhou novos achados e novos contextos para além do que era previsto.

Apesar de haver um perfil socialmente diferente dos demais, o ser negro influenciou toda a criação quando se fala de suspeição racial e abordagem policial. Não sendo apagados pela ascensão social, poderiam ser trazidas inúmeras situações nas quais foram noticiadas pessoas negras que tiveram seu carro confundido com um elemento suspeito, tendo sua vida ceifada por policiais “preparados”, se pensarmos que tudo o que é aprendido por eles se diferencia em campo³.

³ RIO DE JANEIRO. Quem era a médica que morreu baleada em perseguição de PMs a bandidos no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/03/16/quem-era-a-medica-que-morreu-baleada-em-perseguiacao-de-pms-a-bandidos-no-rio.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2026.

A coleta de dados estruturou-se por meio de duas técnicas: as entrevistas qualitativas semiestruturadas e o uso do Caderno de Campo. As entrevistas foram integralmente gravadas em áudio e, posteriormente, submetidas ao processo de transcrição literal. O Caderno de Campo atuou como um recurso metodológico indispensável durante as entrevistas e os momentos de escuta, permitindo capturar dados latentes e linguagens não verbais que escapam ao registro sonoro do gravador. Nele, foram anotadas reações corporais, expressões de desconforto, silêncios prolongados e hesitações emocionais que emergiram quando os sujeitos acessaram memórias traumáticas associadas à violência.

Foram realizadas ao todo cinco entrevistas, três presenciais e duas online, com o suporte do Google Meet. Em ambos os casos os áudios foram gravados mediante autorização e devidamente transcritos com o suporte da tecnologia. Nos encontros virtuais, recorreu-se à transcrição automática do próprio Meet para gerar o texto bruto, enquanto nas conversas cara a cara foi utilizado o aplicativo *Evernote*. Como as ferramentas não trabalham sozinhas, realizou-se uma revisão minuciosa, áudio por áudio, para corrigir erros e garantir que as falas ficassem fiéis aos relatos dos jovens. A leitura exaustiva permitiu organizar os dados de campo cruzando a prática dos relatos com a teoria sociológica. Dessa análise, nasceram os três eixos que estruturam o trabalho: o “estigma da cor”, a “territorialidade da suspeição” e as “táticas de sobrevivência e policiamento estético”.

Reconhecendo as limitações da pesquisa e sua construção metodológica, apesar de utilizar uma amostra reduzida e selecionada por conveniência, não há intuito de se criarem dados estáticos, mas de observar os diálogos que foram obtidos através de entrevistas, buscando compreender as subjetividades, as singularidades e o impacto psicossocial que as abordagens policiais acabam por marcar nos jovens negros que foram escutados. Estavam previstas dez entrevistas, sendo realizadas somente cinco, pois houve dificuldades ao se falar sobre o tema. Ao ser perguntado se teria uma segunda pessoa para indicar, o primeiro entrevistado afirmou que, tendo em vista o trauma passado pelo colega, algo percebido ao longo das entrevistas que tratam de assuntos sensíveis, talvez para ele isso exigisse tempo. Por conta desse tempo limitado, foram realizadas somente essas entrevistas.

A fim de apresentar os achados e reflexões desta pesquisa, o trabalho estruturou-se, além desta introdução e de sua respectiva seção metodológica, em dois capítulos

principais: o primeiro analisa a construção teórica e histórica do “elemento suspeito” no Brasil, a herança escravocrata na segurança pública e os mecanismos de discricionariedade policial; o segundo dedica-se propriamente à análise das narrativas empíricas, construindo, a partir das falas e trajetórias dos sujeitos, a compreensão sobre como o “baculejo” afeta seus corpos, seus direitos e suas subjetividades.

2. A POLÍCIA MILITAR - BREVE HISTÓRICO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NO BRASIL: DO CONTROLE COLONIAL À HERANÇA ESCRAVOCRATA.

Neste capítulo iremos discutir como a segurança pública no Brasil possui raízes profundamente ligadas à manutenção da ordem escravocrata e à proteção da propriedade privada das elites coloniais. Diferente de modelos de polícia voltados à proteção do cidadão, as forças de segurança brasileiras originam-se da necessidade de controlar “corpos indesejados”. Conforme apontam Sinhoretto et al. (2020) no relatório *Policiamento e Relações Raciais da UFSCar*, fundamentado nos estudos de Thomas Holloway (1997), as forças policiais urbanas do século XIX foram moldadas pela necessidade premente de controlar a população escravizada. Sobre essa gênese, Andrade (2017) observa que:

A estrutura policial que se formou no Brasil, especialmente com a chegada da família real em 1808, tinha como objetivo primordial a manutenção da ordem pública, o que, naquele contexto, significava o controle rigoroso da população escravizada e dos libertos, vistos como potenciais agentes de desordem e insurreição. (ANDRADE, 2017, p. 24).

Com a abolição da escravidão em 1888 e a transição para a República, essa lógica de controle territorial e de corpos não se extinguiu, mas refinou-se ao revestir-se de um pretenso “ar científico”. Nesse cenário de transição, as teses da Criminologia Positivista italiana de Cesare Lombroso foram nacionalizadas e adaptadas à realidade brasileira primordialmente por meio da obra do médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues⁴.

Ao transpor o determinismo biológico europeu para o cenário nacional, Nina Rodrigues articulou a premissa de que a herança racial e a miscigenação operavam como fatores diretos de degeneração mental e propensão inata à criminalidade.

⁴ Raymundo Nina Rodrigues (1862–1906) foi um médico legista, psiquiatra e antropólogo brasileiro, considerado o pioneiro da antropologia criminal e da medicina legal no país. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, sua produção teórica esteve profundamente alinhada ao racismo científico europeu da virada do século XIX para o XX, aplicando teorias como o determinismo biológico e a escola criminológica positiva de Cesare Lombroso e Enrico Ferri à realidade brasileira. Sua obra central nessa temática, ***As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*** (publicada originalmente em 1894), argumentava que a população brasileira, devido à sua heterogeneidade étnica e a mestiçagem, apresentava graus diferenciados de desenvolvimento mental e senso moral. A partir dessa premissa, Nina Rodrigues defendia a tese de que a responsabilidade penal deveria ser atenuada ou relativizada com base na raça e no nível evolutivo do indivíduo, sustentando que os negros, indígenas e mestiços possuíam uma inclinação orgânica e atávica voltada à criminalidade. Entre suas principais obras destacam-se também *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (1900) e *Os Africanos no Brasil* (publicado postumamente em 1932), títulos fundamentais para compreender a institucionalização histórica da criminalização dos corpos negros no pensamento jurídico e social brasileiro.

Para o autor, as raças não brancas, especialmente a população negra e mestiça, possuíam estágios evolutivos inferiores, o que justificaria um tratamento penal e de policiamento diferenciado por parte do Estado, dada a suposta periculosidade biológica intrínseca a esses grupos.

É sob o amparo teórico desse racismo científico que o Estado brasileiro de fato institucionalizou mecanismos jurídicos e policiais de controle, a exemplo da criminalização de práticas culturais de matriz africana e da formulação da Lei da Vadiagem. Esta última funcionou como um dispositivo de triagem criminal que permitia a detenção e o encarceramento de ex-escravizados que não estivessem formalmente inseridos no mercado de trabalho assalariado. Instituído inicialmente no Código Penal de 1890, logo após a Abolição, esse mecanismo foi posteriormente consolidado no artigo 59 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941) durante o Estado Novo. No ordenamento jurídico contemporâneo, a contravenção de vadiagem deixou de existir, visto que o dispositivo foi superado por sua incompatibilidade com os preceitos democráticos da Constituição Federal de 1988.

Esse processo histórico consolidou o que o relatório organizado por Sinhoretto et al. (2020) define como a construção do "suspeito padrão", naturalizando o racismo nas práticas de patrulhamento cotidiano e fixando de forma perene a cor da pele negra como um indicador automático de criminalidade. Como pontua Ramos (2024), a dinâmica da violência estatal no Brasil impõe um:

encerramento de corpos, em seu duplo sentido de impor limites e dar um fim: de cerceamento da vida, nas periferias, nas favelas, nas prisões, nas oportunidades sociais, nos estratos de renda, na expectativa de vida, nas estatísticas; e de finalização da vida, por meio do assassinato, da tortura ou do desaparecimento (RAMOS, 2024, p. 31).

Essa estrutura de controle, originalmente forjada no período colonial e refinada pelo racismo científico do século XIX, evoluiu e ganhou novas roupagens institucionais ao longo do século XX. Durante a Ditadura Militar, a configuração da Polícia Militar incorporou a chamada “doutrina do inimigo interno”. Sobre essa construção, Muniz (1999) observa que a cultura policial se consolidou em torno de um “senso de missão” que muitas vezes confunde a preservação da ordem pública com o combate a um inimigo socialmente definido. Para a autora, “ser policial é, sobretudo, uma

razão de ser” (MUNIZ, 1999, p. 88), indicando que a prática ostensiva extrapola o dever legal para se tornar uma ferramenta de afirmação de uma moralidade específica sobre os territórios.

Dando continuidade a essa análise, Pedretti (2024) argumenta que a transição democrática brasileira não rompeu com esse “entulho autoritário”, permitindo que uma racionalidade de guerra permanecesse viva no cotidiano institucional. Nesse cenário, o alvo da repressão sofre um deslocamento estratégico, mas mantém sua seletividade histórica: o inimigo deixa de ser o subversivo político e passa a ser, sistematicamente, o jovem negro das periferias. O corpo desse sujeito é lido pelo Estado não como um portador de direitos, mas sim como um território a ser invadido, vigiado e controlado.

Essa herança reflete-se diretamente no que os agentes de segurança denominam no cotidiano operacional como “tirocínio” ou “faro policial”. Longe de ser um dom inato ou uma técnica puramente neutra, esse saber prático é uma construção institucional que acumula séculos de estereótipos raciais. Nesse contexto, a “atitude suspeita” mencionada por Barros (2006) nada mais é do que o reflexo de uma matriz colonial que opera em dois níveis: na criminalização de territórios periféricos, tratados como espaços de exceção, e na vigilância de corpos negros em espaços nobres, sob a justificativa implícita de que estes não “pertencem” a tais locais.

Essa estrutura histórica, que possui endereço geográfico e social bem definido, tende a se manifestar de forma severas nos dados epidemiológicos da Fiocruz (2025), segundo os quais os jovens negros representam 73% das mortes por causas externas no Brasil. Esse dado é alarmante ao observarmos que, na faixa dos 15 aos 19 anos, o risco de um jovem negro morrer por homicídio ou causas violentas é significativamente superior ao de um jovem branco. Tais números não são estatísticas abstratas; eles materializam a eficácia da seletividade penal e do racismo que, ao eleger o território periférico e o fenótipo negro como alvos prioritários, transforma as estratégias de policiamento em mecanismos de produção de óbitos.⁵

⁵ Dados extraídos do estudo epidemiológico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ver: FIOCRUZ. **Jovens negros são as principais vítimas de morte por violência**. Rio de Janeiro, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2025/08/pesquisa-jovens-negros-sao-principais-vitimas-de-morte-por-violencia>. Acesso em: 28 mar. 2026. No mesmo sentido, conferir: G1. **Jovens negros**

No contexto local, essa letalidade ganha contornos ainda mais drásticos. De acordo com dados da Secretaria de Defesa Social divulgados pelo portal G1 Pernambuco (2026), a cada 20 pessoas assassinadas no estado, 19 são negras. Esse cenário torna-se ainda mais nítido ao observarmos a distribuição epidemiológica das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em Pernambuco, conforme sistematizado na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição percentual de pessoas assassinadas (CVLI) em Pernambuco segundo a raça/cor.

PARDAS	80.198	92,95%
PRETAS	2.086	2.42%
BRANCAS	2.641	3,06%
AMARELA	44	0,05%
RAÇA NÃO INFORMADA	1.308	1,52%

Fonte: Secretaria de Defesa Social (SDS/PE), extraído de G1 Pernambuco (2026) ⁶

As informações apresentadas na Tabela 1 expõem com clareza o viés racial que orienta a violência em Pernambuco. Ao somarmos as vítimas pretas (2,42%) e pardas (92,95%), constata-se que a população negra compõe a esmagadora maioria de 95,37% das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado,

representam 73% dos óbitos por causas externas, aponta estudo da Fiocruz. Rio de Janeiro, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/08/25/jovens-negros-representam-73percent-dos-obitos-por-causas-externas-aponta-estudo-da-fiocruz.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2026.

⁶ Dados oficiais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE, 2026), divulgados pelo portal G1 Pernambuco (2026), apontam que a cada 20 pessoas assassinadas no estado, 19 são negras, evidenciando estatisticamente a seletividade e a letalidade que recaem sobre a população negra local.

enquanto a população branca representa apenas 3,06% dos casos. É válido destacar também o recorte de gênero subjacente a esses índices, visto que mais de 80 mil das vítimas catalogadas eram homens negros.

Esses dados locais convergem perfeitamente com o relatório *Pele Alvo* (RAMOS et al., 2024), que aponta Pernambuco como o estado brasileiro com a maior proporção de pessoas negras vitimadas por intervenções estatais, chegando a 95,7%. Esse índice é drasticamente superior à própria representação desse grupo na composição demográfica local, que é de 65,3%.

Em suma, a articulação entre os dados estatísticos e o referencial teórico sugere que o sistema de segurança pública contemporâneo atua, em certa medida, como um mecanismo de contenção territorial e social. Desse modo, a criminalização associada à cor da pele indica uma provável atualização das hierarquias raciais herdadas do período colonial, as quais encontravam respaldo no antigo racismo científico.

Para compreender como essas contradições históricas permanecem operantes, Felipe da Silva Freitas (2020) propõe que o racismo não é um fator externo ou acidental, mas a própria sustentação da atividade policial. Conforme o autor:

O que busquei destacar é que a polícia produz seus sentidos na rasura entre o público e o privado, entre o legal e o ilegal, e que o racismo, portanto, é como uma argamassa que une estas aparentes incongruências e que dota de significado e funcionalidade toda esta mecânica institucional. Sem as hierarquias raciais, seria impossível manter práticas institucionais tão violentas e assimétricas sem que houvesse no âmbito social um acirradíssimo processo de deslegitimação em relação à coercibilidade policial. (FREITAS, 2020, p. 169).

Desse modo, entende-se que a aceitação social da violência nas ruas está intimamente condicionada a essa argamassa racial que naturaliza o controle sobre corpos negros.

2.1. O Modelo de Policiamento Ostensivo e a Construção do “Suspeito”

O policiamento ostensivo fundamenta-se na doutrina da visibilidade preventiva, sendo executado primordialmente pelas patrulhas de área. Sobre a natureza técnica e operacional deste modelo, Sinhoretto et al. (2020) definem que:

O modelo de policiamento ostensivo é aquele exercido pelas Polícias Militares, baseado em um conjunto de operações que visam policiar espaços públicos, principalmente mediante rondas e atendimento de chamadas. Este policiamento está orientado pela identificação de “atitudes suspeitas”, abordagens, revistas pessoais. As ações de policiamento ocorrem fundamentalmente no espaço das ruas, em estabelecimentos de circulação pública (escolas, bares, lojas, veículos coletivos, etc) [...] Uma das formas de avaliação da produtividade deste modelo de policiamento ostensivo são os números de prisões efetuadas, pessoas e veículos abordados, e objetos apreendidos (como armas, drogas ilícitas, objetos “suspeitos”). (SINHORETTO *et al.*, 2020, p. 17).

Conforme essa definição, o caráter preventivo do modelo ostensivo traduz-se na aplicação de abordagens sistemáticas enquanto mecanismos de controle social. O problema central reside no fato de que a métrica de produtividade baseada em números de abordagens e prisões acaba por incentivar a busca por alvos fáceis e geolocalizados. Voltada para o espaço das ruas e guiada pela “atitude suspeita”, transforma a presença do Estado em uma vigilância ininterrupta sobre corpos específicos.

Como define Andrade (2017), a filtragem racial não é um desvio individual, mas uma tecnologia de poder institucionalizada que orienta o olhar policial na escolha de quem deve ser parado em meio à multidão, preenchendo a subjetividade do “corpo suspeito” mencionado na norma técnica com marcadores de cor e classe.

Essa engrenagem se torna viável devido à própria natureza da atividade de rua. Como explica Muniz (1999) em sua tese, a imprevisibilidade do cotidiano confere ao agente uma ampla autonomia na ponta da linha:

[...] o “fazer ostensivo da polícia” pressupõe um significativo espaço de manobra decisória dos policiais de ponta no atendimento a toda sorte de eventos insólitos e emergenciais que, por um lado, não encontra uma tradução na racionalidade jurídica e que, por outro, tem correspondido a uma zona cinzenta do trabalho policial, permanecendo pouco visível para as corporações, os PMs e a clientela que utiliza os seus serviços. (MUNIZ, 1999).

É precisamente no interior dessa “zona cinzenta” — onde a lei não consegue prever a totalidade das interações de rua — que a subjetividade do agente passa a operar como o principal critério de triagem operacional. À falta de balizas jurídicas estritas para gerenciar o risco imediato, os policiais recorrem a saberes práticos e julgamentos morais para classificar o ambiente. Desse modo, o ato de “suspeitar” deixa de ser uma categoria puramente técnica e passa a se estruturar por meio de binarismos e generalizações, conforme aprofunda a autora:

[...] "suspeitar" apresenta-se como um recurso inevitável do cotidiano ostensivo da polícia, parece inescapável a elaboração de estereótipos associados aos indivíduos considerados "suspeitos". Na prática policial, a economia da suspeita tem-se apresentado como uma questão de difícil equacionamento, principalmente por causa da correeira moralização das atividades policiais. Na ordem prática, as expectativas morais projetadas sobre o papel, missão e atuação da polícia costumam ser traduzidas em termos de uma cruzada do bem contra o mal, cuja versão funcional pode ser expressa no clássico jargão policial "nós contra eles" (MUNIZ, 1999, p. 18).

O problema é que essa divisão do "nós contra eles", feita na pressa do dia a dia das ruas, não é neutra. Ao adotar essa lógica, a polícia acaba trazendo para dentro da sua rotina os preconceitos e as desigualdades que já existem na sociedade. É por causa desse impacto prático, que transforma uma simples observação de rua em uma forma de discriminação, que a atuação policial se tornou alvo de tantas críticas e estudos, como a autora explica a seguir:

Inescapável ao trabalho policial, a elaboração de estereótipos sobre indivíduos "suspeitos" tem sido, não sem fundamento, objeto de críticas sistemáticas por parte da comunidade científica e das representações das chamadas minorias sociais e políticas. Consiste em uma espécie de lugar comum acadêmico demonstrar que as categorias policiais acionadas para identificar atores em "atividade suspeita" ou com "comportamentos duvidosos e ameaçadores" refletem, em boa medida, as estruturas de poder e as desigualdades sociais existentes na sociedade mais ampla. (MUNIZ, 1999, p.219)

Esse cenário ganha contornos ainda mais nítidos na pesquisa de Maria Carolina Schlittler em seu livro "Matar muito, prender mal", que investiga o policiamento ostensivo. A autora explica que o chamado "tirocínio policial" funciona como uma regra de experiência baseada em saberes subjetivos e trocas informais no dia a dia das ruas, que muitas vezes direciona o policiamento ostensivo para jovens negros e pobres, ao associar marcadores territoriais, de classe e culturais à suspeição. Essa dinâmica ocorre de forma inconsciente entre as corporações, que tendem a naturalizar a maior criminalização desses grupos sem reconhecê-la como reflexo de uma hierarquia racial. Como o Código de Processo Penal não define o que é a "fundada suspeita", a instituição acaba delegando à discricionariedade do policial de ponta a escolha dos elementos para embasar a desconfiança.

O estudo mostra que essa autonomia é fortemente pressionada pela cobrança de comandos e autoridades políticas por metas de produtividade e redução de índices criminais. Para os policiais de rua, a eficiência da segurança pública passa a ser sinônimo de tirar os "bandidos" de circulação. Nesse processo, os oficiais de

comando se apropriam dos resultados gerados nas ruas sem fiscalizar de perto como as abordagens são feitas. Essa pressão reforça o uso do tirocínio em detrimento de técnicas formais da academia, fazendo com que os agentes usem marcadores sociais e características físicas, como vestimentas, cor da pele e pertencimento territorial, para classificar quem é suspeito e quem é cidadão de bem.

Na ótica de Schlittler é que esse mecanismo atua como uma profecia autorrealizável, focando de maneira sistemática e desproporcional na vigilância de jovens negros e pobres. Esse grupo populacional acaba sofrendo as desvantagens de ser abordado com mais frequência, o que gera taxas de prisões mais elevadas e maior entrada nos registros da justiça criminal. Ao focar nos mesmos alvos, o sistema produz dados que justificam a continuidade da própria desconfiança, alimentando um ciclo histórico de subordinação e seletividade penal.

Neste sentido, a definição da “atitude suspeita” não depende apenas de critérios técnicos de produtividade. Ela é influenciada pelas desigualdades e divisões sociais que existem na realidade brasileira. Ao validar o uso de intuições e estereótipos morais como critérios de abordagem na rotina das ruas, o modelo de policiamento ostensivo acaba direcionando a desconfiança do Estado de forma desproporcional sobre os grupos historicamente marginalizados. É preciso registrar, contudo, que grande parte da literatura sociológica clássica sobre segurança pública no Brasil tendeu a justificar essa violência a partir de marcadores estritamente econômicos ou institucionais. Ao criticar esse cenário de apagamento analítico da cor, Freitas (2020) adverte que:

No debate acadêmico sobre o contexto e estrutura social, fala-se enfaticamente da ideia de classe social e/ou da herança da ditadura militar e do peso das hierarquias e regramentos policiais para explicar os processos políticos, jurídicos e sociais que delineiam "o que é" e "como é exercido" o mandato policial. Todavia, abandona-se nessa metanarrativa a discussão acerca de fenômenos como escravidão, masculinidade negra, descartabilidade de corpos negros, genocídio ou antinegitude. (FREITAS, 2020, p. 173).

Portanto, assumir o racismo como o eixo analítico central desta pesquisa — e não como mera variável secundária da classe — faz-se indispensável para desvelar os mecanismos práticos, jurídicos e sociológicos que orientam a produção da suspeição nas ruas recifenses.

3. A CONSTRUÇÃO DO “ELEMENTO SUSPEITO”: HISTÓRIA, POLICIAMENTO E RACISMO INSTITUCIONAL

Diante do exposto no capítulo anterior, tornar-se necessário a analisar os mecanismos práticos, jurídicos e sociológicos que orientam a produção da suspeição nas ruas recifenses. Para além dos modelos operacionais e históricos discutidos anteriormente, buscando compreender como as regras jurídicas da fundada suspeita e a discricionariedade policiais ganham contornos raciais no cotidiano. A partir do diálogo entre a teoria sociológica do desvio e os relatos colhidas em campo, investiga-se como o perfilamento racial opera na triagem dos corpos e de que maneira os jovens negros interpretam, significam e enfrentam o ritual do baculejo em suas rotinas urbanas.

3.1 Fundada Suspeita, Discricionariedade e Produção da Suspeição

Para além do modelo operacional de patrulhamento, faz-se necessário compreender o arcabouço jurídico que regulamenta a prática da busca pessoal no ordenamento brasileiro, bem como as interpretações sociológicas que orbitam sua aplicação. No Brasil, a abordagem policial é uma etapa prevista em lei, sendo a busca pessoal juridicamente amparada pelo conceito de “fundada suspeita”, conforme estabelecido no Artigo 244 do Código de Processo Penal (CPP), realizada independentemente de mandado judicial. Sobre a construção marcadamente subjetiva desse permissivo legal, Wanderley (2017) esclarece:

Por outro lado, ao praticar busca pessoal embasada na mera adjetivação de atitudes como suspeitas, o policial não se limita a reconhecer a aplicabilidade do permissivo legal ao caso concreto, mas sim constrói ele próprio, com base em sua própria convicção, o permissivo para a busca. A saber, o policial rotula/ adjetiva pessoas, ações ou situações como suspeitas a partir de critérios por ele próprio formulados e que, de acordo com o seu juízo, permitiriam a busca. A busca pessoal se torna então um ato potestativo submetido a regras que podem ser criadas casuisticamente pelo próprio policial incumbido de impô-las. (WANDERLEY, 2017, p. 1145).

Essa construção subjetiva mencionada por Wanderley (2017) reitera a tese central de Howard Becker em sua obra *Outsiders*. Para Becker (2019), o desvio não é uma

qualidade intrínseca do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação, por outros, de regras e sanções a um suposto infrator. Nesse sentido sociológico, o “elemento suspeito” nas ruas não reflete uma característica essencial ou comportamental do jovem abordado, mas sim um rótulo produzido em uma interação social assimétrica, na qual o agente de segurança pública detém o monopólio do poder legítimo para definir quem transgride a normalidade social.

A construção da suspeição não se restringe aos agentes de segurança pública, mas perpassa e alimenta o próprio imaginário social cotidiano, convertendo estéticas periféricas em indícios automáticos de periculosidade. Ao analisar como determinados corpos e comportamentos são lidos através de uma verdadeira “economia de sinais” (ALBERNAZ, 2015), torna-se evidente que estilos e manifestações culturais juvenis são processados pelo faro social e policial como códigos de alerta. Sobre essa rotulação baseada na aparência, na classe e na raça, Michel Misse explica que existe uma:

[...] complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p. 18).

Um exemplo prático desse tipo social abordado por Misse é a estética periférica que, historicamente, sempre foi marginalizada e associada à criminalidade. Atualmente, os jovens que adotam esse estilo nas periferias de Recife e região metropolitana são frequentemente rotulados como Ratosos⁷. Esse grupo, fortemente vinculado ao movimento do brega-funk, chama a atenção por suas marcas de vestuário específicas, como a Cyclone, acessórios e cortes de cabelo característicos, elementos que muitas vezes são lidos pelo aparato policial como um “marcador de suspeição”. Para melhor ilustrar essa estética, trago duas imagens retiradas do perfil **@mestre_spliinter**.

⁷ O termo “cultura ratosa” ou “estilo ratoso” refere-se a uma estética de identidade e pertencimento difundida entre jovens das periferias de Recife e Região Metropolitana. Caracteriza-se pelo uso de marcas de vestuário específicas (como Cyclone e Kenner), acessórios em prata, cortes de cabelo estilizados (“na régua”) e uma forte ligação simbólica com o movimento do brega funk. Embora necessite de literatura acadêmica, o estilo é amplamente documentado em registros nas redes sociais e presentes em alguns eventos da cidade, sendo frequentemente alvo de estigmatização e lido pelo aparato policial como um “marcador de suspeição”

Mestre Splinter⁸ é um rato, mentor de *As Tartarugas Ninja*, o uso do nome demonstra de forma irônica como esses jovens ressignificam a figura do rato como um marcador de orgulho e identidade. Segue abaixo:

Figura 1 – Estética Ratosa: Identidade e Pertencimento na Periferia de Recife.



Fonte: @mestre_splinter (2025).

⁸ As imagens foram retiradas de perfil público na plataforma Instagram, de livre circulação, utilizadas estritamente para fins de ilustração acadêmica da estética mencionada, preservando-se o crédito da fonte original.

Figura 2 – Expressões da estética ratosa: cortes de cabelo com designs geométricos e uso de vestuário esportivo.



Fonte: Perfis @tropa.dos.ratoos e @rafinharatao_ no Instagram (2026)

Para acrescentar mais informações sobre as dinâmicas das abordagens policiais faz-se necessário trazer o que pesquisadores investigaram sobre a filtragem racial e as rotinas policiais em capitais do Nordeste, Anunciação (2020), onde demonstram que o elemento suspeito é forjado na intersecção de marcadores sociais específicos, operando a partir de cinco dimensões fundamentais:

1. **O perfil etário e de gênero:** a centralidade do jovem do sexo masculino como o alvo prioritário;

2. **O pertencimento étnico-racial:** o fenótipo negro (cor da pele e traços) como o principal indicador visual associado à criminalidade no imaginário policial;
3. **A classe social:** a condição socioeconômica desfavorecida, que molda a vulnerabilidade perante as forças de segurança;
4. **A dimensão espacial/territorial:** a residência ou circulação em territórios periféricos, favelas ou bairros populares estigmatizados como “áreas de risco”;
5. **A estética/aparência geral:** o uso de determinados estilos de vestuário, acessórios ou elementos culturais lidos pela polícia como “atitude suspeita”.

A aparência estética atua como categoria para o fenômeno que Misse (2010) conceitua como sujeição criminal. Nesse processo, a expectativa do crime vincula-se ao indivíduo de modo a constituir uma identidade de suspeição permanente. Sob essa lógica, o corpo negro associado a elementos estéticos periféricos é decodificado como elemento suspeito antes de qualquer ação ou manifestação verbal do sujeito. Não somente associado a elementos periféricos, mas o corpo negro em si é visto como transgressor em ambientes nos quais o chamado "padrão" é extrapolado. Mesmo estando bem vestido, o ser negro — a cor da pele — já carrega o alvo da suspeição, visto que o corpo negro associado a elementos estéticos periféricos é decodificado como elemento suspeito antes de qualquer ação ou manifestação verbal do sujeito. Estar em lugares de privilégio não impede que esses jovens adotem uma postura de autovigilância, monitorando e avaliando constantemente seus comportamentos e trajes em espaço público. Sobre esse estado de alerta permanente, Nogueira analisa essa dinâmica ao apontar que:

É assim que, em função da aparência (atributos físicos), alguém é considerado como um indivíduo capaz ou não de cometer uma transgressão (atributos morais), por exemplo. [...] O corpo funciona como marca dos valores sociais; nele a sociedade fixa seus sentidos e valores (1998, p.43)

Ou seja, os marcadores sociais e a sujeição estão paralelamente ligados, tendo em vista que a prática da abordagem policial em via pública, conhecida popularmente como baculejo, opera, portanto, como um mecanismo de ratificação do status de sujeição criminal atribuído antecipadamente a esse corpo pelas estruturas de controle social.

Seguindo o pensamento de Wanderley (2017), as polícias frequentemente praticam a revista pessoal como uma estratégia de prevenção geral, cujo intuito é intimidar potenciais infratores, o que a pesquisadora denomina como prevenção geral negativa em espaços públicos. Em termos práticos, a prevenção geral negativa fundamenta-se na lógica da dissuasão pelo medo. A abordagem não busca necessariamente um flagrante delitivo, mas utiliza a exposição e o constrangimento público do indivíduo abordado como um exemplo punitivo para desestimular a comunidade de cometer infrações. Assim, o foco recai sobre o efeito psicológico de intimidação e a demonstração de força estatal sobre grupos socialmente delimitados, reafirmando o controle territorial através da vigilância ostensiva. Essa prática naturaliza o uso da força como ferramenta de controle social e carece de suporte no ordenamento jurídico quando realizada sem fundamentos estritamente objetivos.

Na prática das ruas, tais procedimentos fundamentam-se nos pilares da discricionariedade, que, como discute Schlittler (2020), deriva do fato de os policiais não apenas aplicarem as normas jurídicas, mas também interpretá-las, decidindo quando, onde e de que forma a lei deverá ser empregada. A autora ressalta que esse poder possui afinidade com o uso abusivo da autoridade, uma vez que as decisões em campo podem ser atravessadas por preconceitos, desejos de poder ou marcadores sociais estruturais (SCHLITTLER, 2020). Portanto, o eixo articulador da suspeição institucionalizada reside na transformação de marcadores sociais, a exemplo de raça, território, aparência estética, idade e classe, em critérios práticos e discricionários de abordagem, o que legitima o perfilamento racial sob a veste do permissivo legal.

Como aponta Misse (2010), a sujeição criminal não busca apenas punir o crime, mas identificar e controlar tipos sociais considerados perigosos. Assim, a abordagem policial deixa de ser um procedimento administrativo neutro e passa a ser um ritual de confirmação de estigma, no qual o corpo negro é lido como um elemento suspeito em potencial. Esta dinâmica alinha-se à perspectiva teórica de Becker (2019):

O pertencimento à raça negra, tal como socialmente definida, irá sobrepujar a maior parte das outras considerações na maioria das outras situações; o fato de alguém ser médico, ou de classe média ou do sexo feminino não o protegerá contra o fato de ser tratado em primeiro lugar como negro, e depois como qualquer um desses aspectos (BECKER, 2019, p. 46).

O filtro institucional desconsidera, portanto, outros marcadores sociais, como a condição de estudante universitário, para centralizar a seletividade no critério racial. Essa subordinação descrita por Becker ganha contornos específicos na realidade do policiamento brasileiro, uma vez que: Essa engrenagem e esse sistema de representações raciais na ponta da linha consolidam uma desigualdade gritante que se reflete, por exemplo, no dado de que 70% da população carcerária brasileira é composta por pessoas negras.

Em suma, as teorias apresentadas revelam que a construção do elemento suspeito no Brasil opera em um vácuo de objetividade jurídica preenchido por estereótipos históricos. A interação entre a discricionariedade do agente, o estigma racial e a lógica da prevenção geral negativa consolidam um sistema onde a cor da pele precede a conduta. Esse processo justifica abordagens baseadas em critérios subjetivos e sustenta a engrenagem de sujeição criminal que mantém o corpo negro sob vigilância constante e controle social.

4. O CORPO NEGRO COMO SUSPEITO: DO IMAGINÁRIO SOCIAL ÀS VIOLÊNCIAS PRATICADAS PELO ESTADO

Afinal, qualquer aglomeração de negros sempre é encarada como caso de polícia.

Lélia Gonzalez

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio.

Isildinha Baptista Nogueira

Neste capítulo partiu-se da premissa de que a construção histórica de um imaginário social racista fundamenta a atuação das forças de segurança pública, transformando o corpo negro em um alvo preferencial da violência estatal. Tal construção são ouvidas em conversas informais em qualquer ambiente como a observada dentro de um ônibus entre três homens; um deles, o jovem negro com tatuagens, que iniciou a conversa sobre a abordagem que sofreu, iniciada pelo policial com a expressão: “Perdeu, perdeu, perdeu!”. O tempo todo, contava que falou para eles que estava indo tirar a segunda via do registro de nascimento em um mutirão gratuito, reforçando o tempo todo que era “um homem trabalhador”.⁹ E o tom de voz soava indignado, como poderiam suspeitar dele?

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com jovens negros do gênero masculino, situados na faixa etária entre 20 e 30 anos, tendo como critério obrigatório de inclusão o fato de todos possuírem experiências concretas e recorrentes de abordagem policial ao longo de suas trajetórias de vida.

A fim de assegurar o absoluto anonimato dos participantes e preservar suas integridades, seus nomes reais foram substituídos por pseudônimos. A escolha dos codinomes deu-se a partir do primeiro entrevistado que se autodenominou de Negro Drama, em referência direta à clássica composição do grupo de rap Racionais MC's. Diante da potência teórica, política e poética que a obra dos Racionais exerce na representação e na denúncia do cotidiano do jovem negro no Brasil, decidiu-se

⁹ Registro de observação realizado durante percurso de ônibus, ocorrido na linha de ônibus 523 – Casa Amarela (Cruz Cabugá). Visando ser usado como análise deste estudo, destacando as palavras usadas pelo jovem, que fazia questão de reforçar ser um “homem trabalhador”, servindo como exemplo prático de como acontece uma abordagem.

estender a mesma lógica de codificação para os demais entrevistados. Assim, o quadro de interlocutores ficou definido pelas seguintes identidades analíticas:

- **Negro Drama:** 28 anos, residente no bairro do Engenho do Meio. É professor de Geografia e pós-graduando (mestrando) na UFPE.
- **Da Ponte pra Cá:** 28 anos, residente no bairro da Linha do Tiro (Zona Norte). É graduando em História.
- **Capítulo 4, Versículo 3:** 30 anos, residente no bairro do Alto José do Pinho. É graduando/formando em Ciências Sociais na UFRPE.
- **Tô Ouvindo Alguém me Chamar:** 25 anos, residente no bairro de Água Fria (Zona Norte). É graduando em Ciências Sociais na UFRPE.
- **Fórmula Mágica:** 23 anos, residente no bairro da Várzea. É graduando em Ciências Sociais na UFRPE e mestrando em Educação Física na UFPE.

Diante das identidades reveladas, antes de nos aprofundarmos nas narrativas empíricas e na análise dos relatos de violência, faz-se necessário apresentar os sujeitos que dão voz a esta pesquisa e contextualizar o campo de investigação, permitindo ao leitor construir mentalmente o cenário em que tais subjetividades foram vivenciadas. Afinal, as falas e os silêncios mudam de significado a depender de quem os produz e do lugar social de onde são enunciados.

Em virtude das readequações metodológicas discutidas anteriormente, o desenho amostral constituiu-se por meio de uma amostra por conveniência. Esse delineamento delimitou um perfil amostral predominantemente composto por estudantes universitários de classe média, caracterizando um grupo homogêneo quanto à sua inserção no ambiente acadêmico. Os sujeitos são universitários da UFRPE E UFPE e residem em diferentes bairros das Zonas Norte e Oeste da cidade do Recife, abrangendo as localidades da Várzea, Engenho do Meio, Água Fria, Linha do Tiro e Alto José do Pinho. Entre os entrevistados, figuram residentes de áreas de classe média, em bairros como Várzea e Engenho do Meio. Embora essas regiões tenham áreas voltadas para a periferia, também contam com um público de classe média por serem próximas à UFPE. O entrevistado Negro Drama reside desde a infância no Engenho do Meio. Infelizmente, não foram realizados diálogos sobre questões sobre território com os entrevistados, pois o intuito da pesquisa consistiu em compreender a experiência de ser um alvo das abordagens.

Estabelecida a amostra para pesquisa de campo, passou-se à análise das narrativas que revelam como o “baculejo” reverbera nos direitos e no cotidiano desses sujeitos.

4.1 Narrativas do “Baculejo”: A Seletividade e o Cotidiano das Abordagens

A descrição observada no ônibus fortaleceu o relato de um dos entrevistados, Negro Drama. Ao ir cortar bambu na Região Metropolitana do Recife, ele e um colega foram abordados por policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE), que já chegaram imputando-lhes um crime e exigindo que o assumissem. A justificativa policial foi a de que haviam recebido uma denúncia; cuja natureza as vítimas sequer sabiam qual era.

No seu relato do verificou-se que ele carregava muita raiva. Sua fala estava embargada e muito cheia de sentimentos, como diz o verso da música dos Racionais MC's que dá nome ao entrevistado: “não foi sempre dito que preto não tem vez?”. E quando é que preto tem vez? Foi assim que o entrevistado contou que eles viram a morte de perto, foram agredidos e acusados de coisas que não tinham feito. Mesmo resistindo, ele pensou no amigo. Estavam em um local onde ninguém notaria a ausência, conforme o próprio entrevistado relata:

[...] a gente foi retirar bambu lá. Só que lá é uma área meio que de risco e tal. E lá era um lugar onde já morreu muita gente. Só que a gente tava ali só pra tirar bambu. É aquele famoso, acho que está na hora errada no lugar errado. Eu penso assim, mas sei que no mundo ideal não tem isso, porque abordar os policiais é parte da premissa de alguns de alto suspeito. A gente estava com serras, bambus, lixadeira. E a gente leva a abordagem lá. Aí nessa abordagem a gente levou-se pelo GOE, o Grupo de Operações Especiais. E aí são metralhadoras, a gente tá de frente pro rio, estamos lá arrancando na beira do rio o bambu. E aí eles vão descendo, eles param na ponte, a gente vê só o camburão policial. E aí vai descer seis homens. Só pra passar essa zoada. Mas vão descer seis homens. [...] Com certeza, porra. Com certeza. E aí desce esses seis caras. Essa daí foi o maior terror, assim. Acho que eu cheguei até a suar, porque quando eles desceram, eles vieram dizendo, olha, onde é que tá... as coisas, a gente já sabe de tudo, onde é que estão as paradas aqui. (NEGRO DRAMA, 2026)

De todas as entrevistas realizadas para a monografia esse trecho foi mais marcante de todos; no depoimento era possível sentir a raiva e os sentimentos embaralhados do entrevistado. Em consonância com a lírica do grupo Racionais MC's, que indaga

sobre a subalternidade histórica da população negra, o entrevistado narrou uma experiência de quase morte, na qual ele e um colega sofreram agressões físicas e imputações infundadas de criminalidade. Principalmente quando ele fala que, aos 14 anos, sofreu sua primeira abordagem e diz que a primeira abordagem o fez ver o que era ser negro. O triste nessa situação é ver como a construção da desumanidade diz muito sobre a realidade dos jovens negros. Como explica a filósofa Sueli Carneiro em sua obra *Dispositivo de Racialidade*:

No caso do negro, a cor opera como metáfora de um crime de origem da qual a cor é uma espécie de prova, marca ou sinal que justifica essa presunção de culpa. Para Foucault, “ninguém é suspeito impunemente”, ou seja, a culpa presumida pelo a priori cromático desdobra-se em punição a priori, preventiva e educativa. A suspeição transforma a cena social para os negros como uma espécie de panóptico virtual, uma vez que, para Foucault, no panoptismo, “a vigilância sobre os indivíduos se exerce ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer”. Assim, a própria cena social é onde se realiza a vigilância e a punição como tecnologias de controle racial. (CARNEIRO, 2023, p. 125)

A suspeição em Recife ganha contornos nítidos quando observada a partir da circulação de corpos negros em áreas de maior poder aquisitivo. O relato de **Da Ponte pra Cá**, evidencia como o território dita a intensidade e a violência da abordagem policial. Ao desembarcar de um veículo por aplicativo em um bairro nobre na Zona Norte do Recife, no Poço da Panela, ele e um amigo foram imediatamente cercados por agentes do novo efetivo da Polícia Militar, conhecido com os laranjinhas¹⁰:

Assim que a gente desce do Uber, dois policiais com arma em punho saíram correndo da praça, apontando a arma pra gente e mandando a gente botar a mão na cabeça. Totalmente despreparados. Eu perguntei qual a necessidade de eles estarem com a arma na mão, que a abordagem tinha sido brusca. Ele respondeu: “Não, a gente está fazendo a abordagem do jeito que tem que ser [...]”. (Da Ponte pra Cá, 2026)

Neste sentido, Muniz (1999) também explicou que “a devoção emocional aos apelos da cultura policial de rua é vivida de uma forma mais intensa pelos policiais mais jovens e, por conseguinte, com menos tempo de serviço prestado à corporação.” (p.189). Embora seja possível notar a presença de jovens sendo abordados nas ruas da capital recifense diante do aumento do efetivo policial entre 2025 e 2026, não há

¹⁰ Laranjinhas é o apelido dado aos novos efetivos da Polícia Militar de Pernambuco, recém-formados, geralmente encontramos eles pelas ruas e bairros do Recife e da região metropolitana.

como quantificar essa realidade, visto que a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco não produz dados oficiais sobre tais procedimentos, sobretudo no que se refere às abordagens de caráter 'preventivo'. Sob essa perspectiva, considerando que essa “cultura de rua” possa englobar visões estereotipadas sobre segurança, a experiência de Da Ponte pra Cá sugere uma aproximação com o que Barros (2006) conceitua como “o crime na cor”¹¹, indicando como as rotinas operacionais de segurança pública poderiam ser influenciadas por uma etiqueta informal de suspeição que tende a estigmatizar corpos negros. A pressa e a ostensividade das armas em punho direcionadas a indivíduos recém-chegados a um espaço público de classe média-alta apontam para a possibilidade de que a “fundada suspeita”, em vez de amparar-se em critérios objetivos previstos no Art. 244 do CPP, opere como um mecanismo de filtragem capaz de transmutar a exigência legal de uma atitude suspeita em uma 'cor suspeita', hipoteticamente amparada pelo argumento de uma neutralidade técnica.

O próprio entrevistado expõe a clareza dessa seletividade institucionalizada ao questionar os agentes em campo:

“Essa abordagem aqui não aconteceria da mesma forma caso eu fosse branco e estivesse descendo do meu apartamento [...]” (**Da Ponte pra Cá, 2026**).

Esse processo de vigilância e suspeição territorial atua de forma precoce, moldando o cotidiano dos jovens negros desde a infância. O relato do entrevistado **Capítulo 4, Versículo 3** expõe a naturalização da primeira abordagem policial ainda na adolescência, despida de qualquer justificativa:

A primeira vez eu era bem novo, acho que tinha uns 13, 14 anos [...] a gente estava jogando bola na rua de noite [...] e a polícia chegou abordando todo mundo. E foi uma surpresa, mas ao mesmo tempo é algo muito comum, sabe? Na periferia a gente cresce vendo isso acontecer, então quando acontece com a gente, parece quase um ritual de passagem, infelizmente. (**Capítulo 4, Versículo 3, 2026**)

Diante dessa dinâmica de vigilância na juventude periférica, a vivência de ser abordado, para o jovem negro, parece ser interpretada quase como uma etapa esperada ou naturalizada no decorrer de sua juventude. O entrevistado **Tô Ouvindo**

¹¹ O termo o crime na cor faz referência ao livro de Maria de Fátima Novaes Pires (2003), intitulado *O crime na cor: escravos e forros no alto do sertão da Bahia (1830-1888)*, de onde Geová da Silva Barros (2006) recupera a fundamentação para sugerir que o aparato repressivo do Estado tenderia a perpetuar filtros discriminatórios informais sob a aparente neutralidade de procedimentos técnicos.

Alguém me Chamar, narrou uma violência sofrida dentro do seu domicílio, onde policiais invadiram sua casa:

[...] entraram com alguma razão de procurar algum revólver, alguma coisa assim. E me algemaram, sem nada, sem prova alguma, nada. Me agrediram também. [...] eles acham que por morar em periferia todo mundo é complacente com crime ou algo assim. Eles não procuram saber, eles já logo incriminam, já imputam logo um crime a você. (**Tô Ouvindo Alguém me Chamar**, 2026)

A vivência de **Tô Ouvindo Alguém me Chamar** valida empiricamente a associação discriminatória na qual a geografia da periferia de Recife opera, no imaginário dos agentes de segurança, como uma extensão da própria ilicitude. A presunção de que o território dita a cumplicidade com o crime legitima abusos físicos e violações de garantias fundamentais sob o pretexto de uma busca por armamentos e drogas desprovida de qualquer indício material prévio ou mandado judicial.

Como aponta Carneiro (2023), no caso do negro, a cor funciona como uma presunção de culpa que antecede o ato. Ao ocupar um espaço que o imaginário social racista delimita como não pertencente ao seu grupo social, o jovem negro é imediatamente rotulado como o outsider de Becker (2019), convertendo sua mera presença física em uma “atitude suspeita” passível de coerção e violência verbal.

Para além da cor da pele e a territorialidade, mesmo trazendo informações sobre jovens periféricos que ascenderam socialmente, jovens negros pertencentes a classe média também carrega o estigma. O pertencimento a um grupo racializado, historicamente perseguido e empurrado para as margens, diz muito sobre seu lugar na sociedade; essa priorização da abordagem não é meramente técnica, mas fundamentada em uma desumanização prévia do sujeito. Como aponta Goffman:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais reduzimos efetivamente as suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando, às vezes, uma animosidade baseada em outras diferenças, como, por exemplo, as de classe social. (GOFFMAN, 1988, p. 15)

Sendo assim, um simples ato cotidiano, como ir ao mercado comprar pão, pode resultar em uma revista, o famoso “baculejo”. Essa ilegalidade se torna ainda mais evidente quando atravessada pelo recorte racial, pois, embora Pinc (2007, p. 8)

defina que “a abordagem policial é um evento a que qualquer indivíduo pode ser submetido.”, os dados e a prática cotidiana demonstram que corpos negros são os alvos preferenciais dessas revistas pessoais, tidas como preventivas. Para Andrade (2017, p. 30), essa atuação discriminatória dos agentes reflete uma ‘esquizofrenia social’: sendo o policial um membro de uma sociedade estruturalmente racista, sua prática institucional acaba por reproduzir os preconceitos que ele absorveu como cidadão. Assim, a filtragem racial não é um erro isolado, mas uma extensão do racismo que molda a estrutura social brasileira.

4.2 “Tornar-se Negro”: Sob a Mira da Abordagem

O primeiro entrevistado, **Negro Drama**, explicou que ser abordado pela polícia o fez, pela primeira vez, “ver o que era ser um negro”. O episódio aconteceu quando tinha apenas 14 anos de idade: enquanto colhia carambolas com um amigo, duas motocicletas das Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM) os abordaram com o único objetivo de assustar as duas crianças.

Esse relato ilustra com precisão o momento de racialização da experiência sofrido pelo entrevistado. Ao ser confrontado pela ROCAM aos 14 anos, o simples ato infantil de colher frutas é violentamente interrompida pelo olhar desse representante autorizado do Estado que, mediado por armas e fardas, o retira do lugar de criança e o fixa na identidade do perigo iminente. A abordagem policial, portanto, serve como um “rito de passagem” traumático, fazendo esse corpo negro carregar um estigma racial.

É nesse choque, marcado pela violência institucional, que a consciência de “ser negro” se impõe de fora para dentro. Esse movimento dialoga diretamente com a perspectiva de Neusa Santos Souza na obra *Tornar-se Negro*. Para a autora, a constituição da identidade racial emerge a partir do confronto com um dispositivo social e emocional que nega ao sujeito negro a sua singularidade, empurrando-o para o lugar do “outro”: o perigoso, o suspeito, o corpo a ser vigiado e punido.

Como sintetiza Neusa Santos, esse processo de tomada de consciência é profundamente doloroso:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades¹² (SANTOS, 2018, p. 18).

Assim, o trauma da violência policial relatado pelo entrevistado materializa a dimensão analítica da obra, evidenciando como o racismo violenta a subjetividade negra, ao mesmo tempo em que força uma dolorosa, mas necessária, reconstrução de si.

Essa constante necessidade de reconstrução e vigilância subjetiva manifesta-se de forma nítida nas trajetórias de outros sujeitos desta pesquisa. O quarto entrevistado, Fórmula Mágica, falou de toda a conduta que um jovem negro deve ter para não ser abordado, detalhando qual imagem deve ser lida: cabelo sempre cortado e roupas que não o deixem com um alvo tão à mostra, já que a cor da pele, por si só, já os identifica como suspeitos.

Diante das entrevistas analisadas nessa seção apresentaram muitas convergências com as reflexões desenvolvidas por Neusa Santos na obra. Como sintetiza Jurandir Freire Costa no prefácio dessa obra: “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso [...]” (COSTA, 1983, apud SOUZA, 2021, p. 25). Essa violência persistentemente e sem tréguas é o que obriga o sujeito racializado a adotar as estratégias de sobrevivência e o policiamento estético relatado pelo entrevistado, transformando o próprio corpo em uma trincheira cotidiana. Compreende-se, portanto, que a experiência com a abordagem policial opera como um disparador traumático que ultrapassa o sofrimento imediato, atuando como uma revelação violenta das hierarquias raciais que estruturam o espaço público.

Sob essa ótica, o “enquadro” deixa de ser apenas um procedimento de segurança e passa a ser codificado pelo sujeito como o momento exato de confrontação com a sua própria condição racial. É através desse choque que se dá o doloroso processo de conscientização sobre os significados sociais atribuídos ao corpo e o significado

¹² Embora a autora utilize os termos no feminino (“negra”, “massacrada”, “confundida”) resolvi deixar de acordo com o texto original, mantendo a citação literal, ressaltando que as dinâmicas de violência psíquica e racialização descritas aplicam-se integralmente à experiência do entrevistado do presente estudo.

de ser negro, processo este discutido por Neusa Santos de Souza (2021) ao abordar o percurso subjetivo de compreender o que significa, politicamente e psiquicamente, tornar-se negro em uma sociedade racista.

Essa engrenagem institucional, que opera na subjetividade dos indivíduos, ganha contornos práticos e operacionais a partir de critérios objetivos e estéticos adotados pelas forças de segurança. No livro *Elemento Suspeito*, Silvia Ramos e Leonarda Musumeci trazem o relato de um dos policiais entrevistados que afirma que a filtragem também se dá pela: “[...] maneira como a pessoa está vestida, se condiz com o veículo que está dirigindo, a idade da pessoa que está dirigindo se condiz com aquele veículo” (RAMOS; MUSUMECI, 2008, p. 43). O sentido de trazer essa citação reside no fato de que todos os entrevistados desta pesquisa relataram a necessidade de manter uma “boa aparência”, além de moderar a forma como agem e se comportam nos espaços públicos.

Dessa forma, é possível notar uma convergência entre as diretrizes do policiamento ostensivo e as vivências compartilhadas pelos entrevistados desta pesquisa, os quais sugerem a constante necessidade de manter uma “boa aparência”, além de moderar a forma como agem e se comportam nos espaços públicos. A gestão do próprio corpo e da vestimenta pode ser interpretada, portanto, não como mera escolha pessoal, mas como uma tática de sobrevivência urbana frente ao perfilamento racial. Sob a análise dessas estratégias de autodefesa e das dinâmicas que envolvem a estética na suspeição, propõe-se a discussão do subtópico a seguir.

4.3 Gestão da Aparência e Estratégias Preventivas de Enfrentamento da Suspeição

As entrevistas revelaram diferentes estratégias adotadas pelos jovens para reduzir o risco de abordagem policial, envolvendo vestimenta, postura corporal, circulação urbana e porte de documentos. Como explicaram os entrevistados sobre o receio que sua aparência e a necessidade de adotar táticas de sobrevivência cotidianas para evitar a abordagem:

Então, pouco provável eu sair na rua com uma roupa um pouco mais à vontade. Então, antes de sair de casa, eu sempre tento me vestir o melhor possível. Então, por exemplo, descolorei o cabelo no carnaval. Porque uma

época ali, mesmo assim, né, fiquei com receio de ser abordado. Sempre tô com mais de um documento, nunca ando somente com o RG [...] sempre estou com minha carteira de estudante, sempre estou com minha CNH, sempre estou com documentos que comprovem o que eu faço. (**FÓRMULA MÁGICA, 2026**).

Eu tento o máximo me vestir com roupas neutra. [...] sair para espaço público de forma com roupas que sejam consideradas socialmente e culturalmente neutra, ou seja, que que não me remeta a nenhum tipo específico de cultura ou de moda periférica. (**Capítulo 4, Versículo 3, 2026**)

A vestimenta. A gente vê muito essa galera que é "cria", né? Eu tenho amigos e conhecidos que, de vez em quando, quando veem a viatura, já se apressam para levar o baculejo. Eu digo: "Não, pô, calma", e eles respondem: "Putá, mas é porque é quase normal". Você vai ver o estilo que a pessoa está se vestindo: às vezes é uma bermuda da Ciclone, um cabelo pintado, um dread, alguma coisa assim estranha que a polícia olha e diz: "Ah, isso aí é marginal, tem que abordar e dar tapa" (**Da Ponte pra Cá, 2026**).

Até a utilização de camisa de time eu evito muito, para não ser estereotipado ou julgado de alguma forma, e não sofrer uma abordagem um pouco mais truculenta. (**Capítulo 4, Versículo 3, 2026**).

Eu não trouxe hoje, mas eu tenho sempre os meus óculos. Eles não têm grau. É sério, meus óculos não têm grau, pô. (**Negro Drama, 2026**).

As entrevistas colhidas nesta pesquisa tornam evidente que a abordagem policial não é um evento isolado no tempo e no espaço, mas sim uma experiência que reverbera continuamente na subjetividade e nas escolhas cotidianas dos indivíduos. O ato de ser parado e revistado deixa marcas que ultrapassam o momento físico da fiscalização urbana. Dialogando com essa percepção, o relatório *Negro Trauma* sintetiza com precisão a amplitude desse fenômeno:

Quando observamos as abordagens policiais como parte de uma dinâmica racista que não começa no ato policial e também não termina nele, temos a necessidade de definir quais instâncias estão mobilizadas para que uma ação que tem incidência na vida social seja percebida de maneira tão comum que os seus efeitos sobre os sujeitos sejam raramente analisados (CESeC, 2022, p. 34).

Desse modo, "se policiar" torna-se uma constante na vida dos entrevistados. Mesmo portando múltiplos documentos oficiais (como RG, CNH e carteira estudantil), policiando a própria postura corporal, adotando roupas de tons neutros, evitando camisas de times e chegando ao extremo de utilizar óculos sem grau para forjar uma estética específica, a cor da pele ainda prevalece como o principal elemento de suspeição. No ensaio escrito por Diego Francisco (2023) para o relatório elaborado

pelo CESeC, o autor discute exatamente essa tentativa de blindagem institucional por meio dos registros oficiais:

A necessidade de portar os documentos está posta para esse grupo como uma possibilidade de se livrar mais tranquilamente de uma abordagem ou, até mesmo, como garantia da própria vida, ainda que, na própria abordagem, outros fatores possam influenciar na maneira como se comportam durante e após o processo (CESeC, 2022, p. 36).

Embora tenham desenvolvido complexos mecanismos de sobrevivência para evitar o raio de ação do Estado, as narrativas demonstram que a filtragem racial se impõe acima de qualquer tática individual de proteção. Essa hipervigilância estética e comportamental acaba por restringir o direito de ir e vir dos entrevistados, culminando no isolamento voluntário dentro de suas próprias casas como a única forma eficaz de evitar a violência estatal. Um dos entrevistados detalha como essa lógica altera drasticamente a sua circulação pela cidade:

Então eu evito o máximo. Se eu quero comprar alguma coisa no armazém, quero fazer alguma coisa aqui em casa, eu evito sair por essa rua específica e tento sair por outra para justamente evitar andar nesse local que é mais o centro, onde as pessoas comercializam, sabe? Mas é isso, sabe? É evitar essa coisa da roupa, de gesticular e de evitar esses locais onde aconteceram esses casos (**Capítulo 4, Versículo 3**; 2026).

[...] mas eu tento sempre me precaver utilizando dessas condutas, cuidando o horário e o local em que estou fisicamente na rua. E principalmente as vestes: tomo muito cuidado com as vestimentas, de sempre estar arrumado, com o cabelo cortado e com os documentos (**NEGRO DRAMA, 2026**).

[...] Eu já falei, mas a postura, então eu sempre ando com a postura ereta, sempre ando em um lugar fixo. (**FÓRMULA MÁGICA, 2026**).

Os entrevistados evidenciam, de forma intuitiva e dolorosa, o funcionamento da “filtragem racial” e do “policimento ostensivo” detalhados por Ramos e Musumeci (2008) e Sinhoretto *et al.* (2020). Sabendo que a polícia utiliza a vestimenta, os acessórios e o porte como critérios subjetivos de suspeição nas ruas, os entrevistados tentam moldar sua imagem e alterar suas rotinas para evitar serem lidos como um elemento suspeito. Ao portarem constantemente documentos de identificação na tentativa de produzir um “sou cidadão de bem”, eles se utilizam de um mecanismo de defesa amplamente discutido pelos autores ao longo deste trabalho. Afinal, na realidade urbana do perfilamento racial, ser negro significa carregar, permanentemente, um alvo nas costas.

Somando-se a essas táticas individuais de sobrevivência urbana, o modelo de policiamento ostensivo baseado na visibilidade preventiva e nas métricas de

produtividade em massa encontra no transporte público coletivo um espaço privilegiado de atuação. **Da Ponte pra Cá** lembrou sobre uma ação policial em que duas viaturas interceptaram um ônibus na Avenida Presidente Kennedy, Olinda, não para prestar socorro a um passageiro acidentado, mas para aplicar a abordagem:

[...] as viaturas não pararam para prestar socorro, pararam para abordar todos os homens. Na verdade, eles não iam abordar todos os homens; eles escolheram a dedo as pessoas que iam abordar e pediram para descerem. (**Dá ponte pra cá, 2026**)

Essa seleção “a dedo” ilustra o caráter discricionário e abusivo, evidenciando que a busca pessoal sistemática não mira uma infração real, mas opera na chave da prevenção geral negativa. A exposição e a humilhação pública desses sujeitos produzem efeitos psicossociais profundos, deslocando a instituição policial de um lugar de proteção para o posto de principal vetor de insegurança e trauma subjetivo. Quando questionado sobre os sentimentos que emergem dessas interações com o Estado, **Dá Ponte Pra Cá** sintetiza:

O primeiro é revolta. Fico muito puto porque a galera deveria estar aí para servir e proteger a gente, mas é a pessoa de quem eu tenho mais medo. E o segundo sentimento é medo, né? Muito medo, porque eu não sei o que pode acontecer dependendo do local onde eu esteja. Se eu for abordado, posso ser abordado de forma tranquila ou posso simplesmente sumir, dar um passeio de viatura e nunca mais aparecer, ficando por isso mesmo. (**Dá ponte pra cá, 2026**)

O medo do desaparecimento ou da brutalidade física, que chegou a se materializar em uma tentativa de agressão física sofrida pelo próprio jovem no interior de uma viatura, a tese de Paulo César Ramos (2024) sobre a atuação soberana do Estado nas periferias urbanas. A violência estatal opera impondo um duplo cerceamento: limita o direito elementar de ir e vir através do constrangimento do “baculejo” e gera o assombro constante da finalização da vida pelo sumiço ou pela tortura institucionalizada.

As histórias colhidas em campo introduzem uma importante discussão que pode vir a ser analisada, ao evidenciar como os marcadores de gênero e sexualidade atravessam e reconfiguram a construção do elemento suspeito nas periferias. Tô Ouvindo Alguém me Chamar trouxe algo particular, isso pode ser perpassado por uma visão do entrevistado, no qual a sua orientação sexual atuou como um fator de evitação da violência verbal ou física durante a triagem policial:

Eu lembro que teve uma vez que eles meio que me deixaram ir porque meio que viram que eu era gay. E não sei por que esse recorte, mas eu percebo isso. Eu já vi relatos de pessoas, sei lá, que meio que pegaram na mão do namorado pra despistar a polícia. (**Tô Ouvindo Alguém me Chamar, 2026**)

No cenário do perfilamento racial, o estereótipo do “criminoso padrão” é historicamente edificado sobre uma performance de masculinidade agressiva, viril e heteronormativa. Ao perceber a homossexualidade do abordado, será que o filtro interpretativo do policial sofre uma quebra estrutural? Será que esse choque na mente do policial passa a ser percebido pelos jovens e usado por eles como uma tática desesperada para escapar da violência e salvar a própria vida na abordagem? São perguntas que a gente é obrigado a fazer ao questionar: afinal, há ou não essa quebra no filtro da polícia quando o abordado é um homem gay?

Em todos os textos e pesquisas sobre segurança pública que analisei, não foram encontradas informações se a sexualidade poderia interferir e mudar a dinâmica de uma abordagem policial. No entanto, nas narrativas colhidas em **Tô Ouvindo Alguém me Chamar (2026)**, ficou evidente que a orientação sexual introduz uma camada inesperada a esse cenário, funcionando como uma tática de sobrevivência que quebra a expectativa do policial na rua.

Mas isso quer dizer que esses jovens negros e homossexuais não sofram com a abordagem policial? Longe disso. Essa dispensa temporária na triagem não significa que eles estejam imunes à violência do Estado. Como ilustração dessa realidade, observa-se o caso de um jovem negro, estudante de história, abordado pela primeira vez durante o carnaval de 2026. Segundo o relato, os policiais utilizaram de violência física e verbal ao ordenarem que ele se posicionasse para a revista, exigindo que “abrisse as pernas”. Diante da truculência, o jovem chegou a mencionar, de forma irônica: “logo eu, uma boneca!”. No entanto, interlocutores presentes no momento o alertaram sobre a brutalidade da conduta policial, evidenciando que a agressividade da corporação se sobrepôs a qualquer outra característica da vítima.

Na verdade, o que ocorre é uma reconfiguração do próprio preconceito operado pela instituição policial. Conforme argumenta Misse (2010), a sociedade estabelece uma conexão direta entre o sentimento de insegurança urbana e os indivíduos marcados pela pobreza e pelo preconceito racial. Essa correlação ultrapassa o ato criminoso

em si, promovendo uma rotulação social profunda que transforma o sujeito na figura estereotipada do “bandido”.

Portanto, essa “chance” relatada no campo não significa que a opressão tenha sido dissipada. O racismo e a violência policial contra os jovens negros na periferia continuam operando sob a mesma lógica estrutural. A diferença crucial nesse cenário é que, mesmo sabendo que na sujeição criminal o rótulo de “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociação (MISSE, 2010, p. 23), a sexualidade acaba abrindo uma pequena brecha. É por essa fresta que esses jovens conseguem agir, subvertendo o próprio preconceito do policial e transformando-o em uma ferramenta tática para escapar da violência e preservar a própria vida durante a abordagem.

Por fim, cabe destacar o caráter exploratório deste trabalho, que não busca fechar a discussão, mas propor novas reflexões ao abordar um assunto pouco presente no debate público. Trazer essas dinâmicas para a pesquisa social ajuda a compreender o espaço da rua como um território de constante negociação. Portanto, para refletir sobre o peso da violência institucional, pode ser importante que a academia olhe com atenção para onde dói: para os improvisos e as táticas de sobrevivência que sustentam a vida nas periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de iniciar as considerações finais em primeira pessoa, quebrando assim toda a normalidade de se fazer sociologia¹³. Quais são minhas considerações finais? Não há. É assustador pensar que toda essa violação é vista e assistida por mim da minha janela.

Existe essa falsa ilusão que mais policiais na rua visam nossa proteção. Proteção para quem? Muitos autores que li falam sobre o adoecimento desse policiamento, isso seria uma resposta a essa contraofensiva Estado x periferia. Essa guerra não é de hoje, ela vem sendo travada faz anos. Vi filhos de amigos do meu pai serem assassinados por policiais. Vi jovens do meu bairro perderem a vida por conta das drogas, foram assassinados. E isso gera inúmeras perguntas: Quem faz o crime? Ou como nasce o criminoso?

O que considero? Enquanto existir mundo e sujeitos subalternos haverá violência, existirão violações. Pessoas na periferia têm suas casas invadidas em ações policiais, nem dentro de casa temos o direito de existir. Um mundo onde ser negro não é sobre aparentar pertencer a um determinado grupo social, é ser visto somente pela PELE, e ela vir com um alvo. É preciso se policiar o tempo inteiro, como me vestir, me comportar etc.

As narrativas de violência que escutei ao longo deste percurso carregam uma complexidade que este trabalho, por si só, jamais seria capaz de esgotar em algumas dezenas de páginas. Ouvi o relato de um amigo que é professor falar sobre o que um jovem negro, aluno dele, passou: com apenas 14 anos, foi levado para “passear” de viatura, pois os policiais resolveram dizer que ele conhecia a boca de fumo de onde residia. Ele é um JOVEM NEGRO de 14 anos, como não vou ficar indignada? Esse mesmo amigo me disse que teve que ir ao banheiro chorar de tão forte que era o relato. Negro Drama disse que usa óculos de grau falso para não ser abordado ou, em caso de abordagem, os óculos “amenizaria” o processo.

Meu intuito inicial era compreender uma realidade que, na superfície, aparentava “leveza”; no entanto, a escuta atenta dessas vivências de campo me sensibilizou, me transformou e me convocou à denúncia.

¹³ Que me desculpe a sociologia, mas irei usar a antropologia nessas considerações finais!

No Brasil, e de forma alarmante em Pernambuco, a letalidade institucional materializa o caráter profundamente racializado da violência. Os dados estatísticos da Secretaria de Defesa Social revelam que, a cada 20 pessoas assassinadas no estado, 19 são negras. Diante desse cenário de seletividade penal e da herança escravocrata nas forças de segurança, esta pesquisa buscou ir além dos números, mergulhando nas histórias sobre o perfilamento racial na vida de jovens como **Negro Drama, Da Ponte pra Cá, Capítulo 4 Versículo 3, Tô Ouvindo Alguém me Chamar e Fórmula Mágica**.

Cruzando tudo que aprendi na sociologia e antropologia com a prática, este trabalho trouxe achados fundamentais. O primeiro deles aponta para a percepção de que o racismo e a suspeição operam de forma transversal. Diante das reformulações que realizei no trabalho onde descentralizei a pesquisa para os bairros da Várzea, Engenho do Meio, Água Fria, Linha do Tiro e Alto José do Pinho, constatou-se que a ascensão social, o pertencimento à classe média ou o crachá de universidades como a UFPE e a UFRPE não blindam o corpo negro. Na engrenagem do “tirocínio policial”, a cor da pele antecede a classe, e a “atitude suspeita” prevista no Artigo 244 do Código de Processo Penal é especificamente transmutada em uma “cor suspeita”.

As narrativas coletadas demonstraram que o “baculejo” atua de forma precoce, funcionando como um violento e traumático “rito de passagem” que impõe o “tornar-se negro” de fora para dentro. Ao serem abordados pela primeira vez ainda na infância ou adolescência — aos 13 ou 14 anos —, esses sujeitos têm sua condição de juventude subitamente interrompida pelo olhar do Estado, que os fixa na identidade do perigo iminente. Para sobreviver a essa vigilância ininterrupta, os jovens são obrigados a adotar uma exaustiva gestão da aparência e táticas de policiamento estético: andar com postura ereta, carregar múltiplos documentos, evitar camisas de time ou a estética periférica dos *Ratosos*, e até mesmo usar óculos falsos sem grau para tentar simular uma neutralidade social aceitável. Essa hipervigilância, por sua vez, restringe o direito elementar à cidade, culminando muitas vezes no isolamento voluntário dentro de suas próprias casas como única forma de escapar da truculência estatal.

Ademais, a pesquisa encontrou uma fresta inovadora e escassa na literatura de segurança pública ao observar os marcadores de gênero e sexualidade — uma

brecha ainda sem discussão profunda na literatura contemporânea. Os relatos sugerem que, como o estereótipo do “criminoso padrão” é edificado sobre uma performance de masculinidade viril e heteronormativa, a homossexualidade pode introduzir uma quebra estrutural no filtro interpretativo do policial em campo. Longe de significar a ausência da opressão, essa brecha passa a ser utilizada pelos jovens homossexuais como uma tática desesperada de sobrevivência para mitigar a violência verbal ou física durante a triagem nas ruas.

O que testemunhamos no cotidiano de Recife, seja nas abordagens brutais em bairros nobres como o Poço da Panela ou nas interceptações truculentas a ônibus em grandes avenidas, é a eficácia de uma política baseada na prevenção geral negativa. O aumento do efetivo não visa erradicar o crime, mas sim operar pela pedagogia do medo e pela afirmação de uma racionalidade de guerra que enxerga o jovem negro e periférico como o eterno “inimigo interno”. Diante disso, faz-se urgente que as instituições de segurança, a exemplo da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, passem a produzir e publicar dados oficiais com recorte racial sobre as abordagens preventivas, rompendo com a invisibilidade estatística que encobre esses abusos cotidianos.

Ingressei nas Ciências Sociais e defendo esta pesquisa por e para pessoas como eu, com o propósito de reivindicar um olhar mais humano sobre as nossas realidades. Precisamos nos indignar e estranhar o fato de que crianças e jovens periféricos sejam sobrecarregados de responsabilidades precoces e privados do direito de agir como tal. Este trabalho carrega dor — muita dor. Mas carrega também a utopia e o compromisso. Sonho com o dia em que os jovens das periferias possam ser, simplesmente, jovens. Que tenham o direito de nutrir ambições, de crescer de forma saudável e feliz, sem o estigma e o peso de existir às margens.

Portanto, isto não é uma consideração final, mas um compromisso científico e político ao qual darei continuidade. Esta pesquisa materializa uma luta pessoal que assumo em consonância com as Ciências Sociais: uma responsabilidade de vida que decidi carregar.

Por fim, a todos os jovens que vi partir precocemente e a todos os que tiveram suas subjetividades marcadas pelo braço armado do Estado: este trabalho é por vocês. É um grito de socorro e de denúncia.

À memória deles, dedico esta pesquisa. E a todos que permanecem na resistência, o meu mais profundo respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. “Faro Policial”: um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2015.
- ANDRADE, Marcelle Luiz de. **Polícia Militar do Rio de Janeiro, filtragem racial e suas implicações na discussão do racismo no Brasil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Barbacena, 2017.
- ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 1, e190271, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- BARROS, Geová da Silva. **Racismo institucional: a cor da pele como principal fator de suspeição**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FREITAS, Felipe da Silva. **Racismo e polícia: uma discussão sobre mandato policial**. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- G1 PERNAMBUCO. **A cada 20 pessoas assassinadas em Pernambuco, 19 são negras, mostram dados do governo**. G1, Recife, 17 abr. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2026/04/17/a-cada-20-pessoas-assassinadas-em-pernambuco-19-sao-negras-mostram-dados-do-governo.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- MESTRE_SPLIINTER (@mestre_spliinter). Instagram, 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DZYDFSeFLvK/>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada**: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. In: RACIONAIS MC'S. **Nada como um dia após o outro dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 1 faixa musical (4:58). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/3ytXzEJFeVydFfmUhHvti8>. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAMOS, Paulo César. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). São Paulo: Elefante, 2024.

RAMOS, Silvia *et al.* **Negro trauma**: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp2025/wp-content/uploads/2022/02/CESEC_elemento-suspeito_final-3.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

RAMOS, Silvia. MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2005.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. A busca pessoal no direito brasileiro: medida processual probatória ou medida de polícia preventiva? **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 1117-1154, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i3.96>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Para começarmos, gostaria que você se apresentasse brevemente. Pode me dizer sua idade, em que bairro reside e qual a sua ocupação atual? Aproveitando, queria que você me contasse um pouco sobre como é a sua rotina hoje: como você costuma organizar o seu dia a dia?

1. Você pode me contar sobre alguma situação em que foi abordado pela polícia?
2. O que os policiais fizeram?
3. Como você reagiu no momento da abordagem?
4. Como você se sentiu durante essa situação?
5. Na sua opinião, por que você acha que foi abordado?
6. O que você acha que faz uma pessoa ser considerada suspeita pela polícia?
7. Depois disso, mudou alguma coisa na forma como você vê a polícia?
8. Você se sentiria confortável em procurar a polícia?
9. Em que situações (se sim)? ou porque (se não)?
10. Depois dessas experiências, alguma coisa mudou na forma como você circula pela cidade, se veste ou se comporta?
11. Você costuma conversar sobre abordagens policiais com outras pessoas?
12. Que tipo de orientações ou cuidados vocês compartilham?
13. Como seria uma abordagem policial ideal, na sua opinião?
14. Tem alguma coisa sobre esse tema que você acha importante contar e que não foi perguntada?